

A EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: ASPECTOS DIDÁTICO- METODOLÓGICOS

André Henrique Boazejewski Pereira ¹
Desiré Luciane Dominschek ²

RESUMO

A Educação Especial no Brasil reflete as contradições estruturais da sociedade capitalista, na qual a exclusão educacional é resultado da desigualdade material e da precarização das condições de ensino. Para enfrentar esse cenário, torna-se fundamental uma abordagem pedagógica que não apenas compreenda a realidade, mas atue sobre ela de maneira crítica e transformadora. Nesse contexto, este estudo preliminar analisa as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) para a Educação Especial, destacando seu enraizamento na tradição marxista e gramsciana, sua defesa dos interesses da classe trabalhadora e seu compromisso com a luta de classes como condição para a emancipação humana. A pesquisa, de caráter qualitativo e baseada em revisão bibliográfica, fundamenta-se em autores como Saviani (2013, 2018), Vigotski (2007, 2021), Silva (2024) e Hudson (2019). A PHC, ao partir dos princípios do materialismo histórico-dialético, compreende a educação não como uma ferramenta neutra, mas como um campo de disputa ideológica. No contexto da Educação Especial, a PHC opera por meio de cinco momentos metodológicos que possibilitam a superação das desigualdades educacionais: (1) A prática social como ponto de partida evidencia a realidade concreta dos estudantes com deficiência, inseridos em uma sociedade que os marginaliza; (2) a problematização permite identificar criticamente as barreiras estruturais que dificultam a inclusão; (3) a instrumentalização assegura o acesso aos conhecimentos científicos e culturais como meio de superação das limitações impostas pelo modelo excludente; (4) a catarse representa a transformação qualitativa do pensamento, conduzindo à consciência crítica; e (5) a prática social como ponto de chegada reafirma a educação como instrumento de emancipação e luta contra a hegemonia burguesa. Os resultados indicam que a PHC, ao integrar teoria e prática, rompe com abordagens assistencialistas e individualizantes da Educação Especial, reafirmando que a inclusão só pode ser efetiva quando vinculada à luta coletiva pela superação das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Educação Especial, Pedagogia Histórico-Crítica, Inclusão, Mediação Pedagógica.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduado em Pedagogia e Pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER, Professor do Ensino Fundamental I da Prefeitura de Curitiba, boazejewskia@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GHESP e do PIBID/RP UNINTER, desire.d@uninter.com.



A Educação Especial no Brasil, embora amparada por avanços legislativos e políticas públicas voltadas à inclusão, ainda enfrenta obstáculos significativos em sua efetivação. A precarização da infraestrutura escolar, a ausência de recursos pedagógicos adequados e a formação docente insuficiente revelam um cenário em que o direito à educação inclusiva se distancia da prática cotidiana (MANTOAN, 2015; SILVA, 2015; PARO, 2016).

Diante dessas contradições, impõe-se a necessidade de repensar as abordagens pedagógicas com vistas a superar a lógica assistencialista ainda presente nas práticas escolares. Mais do que garantir a presença física dos estudantes com deficiência na escola regular, é preciso assegurar-lhes o acesso efetivo ao conhecimento sistematizado, condição indispensável para sua emancipação intelectual e social (VIGOTSKI, 2021).

É nesse contexto que a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), sistematizada por Dermeval Saviani, se apresenta como uma alternativa teórico-metodológica potente. Fundamentada em uma concepção materialista histórico-dialética, a PHC compreende a educação como mediação entre a prática social e os saberes historicamente acumulados, tendo como finalidade a formação de sujeitos críticos e transformadores (SAVIANI, 2013, 2018). No campo da Educação Especial, sua articulação com a abordagem Histórico-Cultural de Lev Vigotski permite superar concepções medicalizantes da deficiência, reconhecendo o papel da mediação social e da intencionalidade pedagógica no desenvolvimento humano (VIGOTSKI, 2007, 2021).

Segundo Vigotski (2021), a deficiência não é uma limitação em si, mas um fenômeno historicamente constituído, cuja superação depende da criação de condições sociais adequadas de aprendizagem. Nesse sentido, a escola precisa ser organizada de modo a reconhecer os sujeitos com deficiência como plenamente capazes de aprender e de se apropriar dos instrumentos culturais que possibilitam a transformação da realidade (SILVA, 2015).

Com base nessa perspectiva, o presente estudo, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva (UNINTER), tem como objetivo analisar as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação Especial, com ênfase nos seus cinco momentos metodológicos e em como estes podem ser aplicados na construção de práticas pedagógicas inclusivas e emancipatórias. A partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada em revisão bibliográfica (SEVERINO, 2016), a pesquisa apoia-se nos estudos de Saviani (2013, 2018), Vigotski (2007, 2021), Mantoan (2015), Hudson (2019), entre outros.



A pergunta que orienta este trabalho é: de que modo a Pedagogia Histórico-Crítica pode contribuir para a superação das barreiras educacionais enfrentadas pelos estudantes com deficiência no contexto da escola pública brasileira? Ao buscar essa resposta, pretende-se evidenciar que a inclusão escolar, para ser efetiva, não pode se limitar à matrícula, mas deve assegurar o acesso ao conhecimento sistematizado como um direito inalienável de todos.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA PERSPECTIVA

A Educação Especial, como modalidade transversal da Educação Básica, visa garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com necessidades específicas, rompendo com a lógica excludente historicamente presente na escola brasileira. Apesar dos avanços legais — como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 — sua efetivação ainda esbarra em entraves estruturais e pedagógicos (MANTOAN, 2015). A precariedade das escolas e a formação docente insuficiente dificultam a concretização dos direitos assegurados. Como alerta Mantoan (2015), incluir não é apenas garantir a matrícula, mas reorganizar o ensino a partir da valorização da diversidade como princípio pedagógico.

Silva (2015) e Paro (2016) destacam que, muitas escolas, diante da pressão burocrática e da ausência de suporte, adotam práticas apenas aparentes de inclusão, como a entrega de atividades descontextualizadas e simplificadas para alunos com deficiência. Tais ações, longe de garantir o acesso ao conhecimento, reforçam a exclusão intelectual desses estudantes. Dificuldades como dislexia, TDAH ou TEA, entre outras, exigem mediações intencionais e recursos adequados (HUDSON, 2019); sem isso, o fracasso escolar tende a ser responsabilizado exclusivamente ao estudante.

Romper com esse cenário requer abandonar abordagens assistencialistas e adotar uma perspectiva crítica de ensino, como a proposta pela Pedagogia Histórico-Crítica em diálogo com Vigotski. Ambas compreendem a deficiência como condição historicamente mediada, cuja superação depende da garantia efetiva de acesso ao saber sistematizado (SILVA, 2015).

Como defende Vigotski (2007), é no interior das interações sociais e da mediação pedagógica planejada que o potencial de aprendizagem dos sujeitos se realiza. A escola, portanto, precisa ser compreendida como espaço de reconstrução cultural e não como



local de adaptação mínima. Em vez de apenas incluir corpos, deve assegurar o acesso à cultura, à ciência e ao conhecimento historicamente acumulado, reconhecendo cada estudante como sujeito capaz de compreender, transformar e participar do mundo (SAVIANI, 2013).

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), sistematizada por Dermeval Saviani, constitui uma proposta teórico-metodológica que articula a educação à prática social, compreendendo o ensino como instrumento de transformação e não de adaptação à ordem vigente. Diferente das abordagens que naturalizam as desigualdades ou idealizam a autonomia da escola, a PHC reconhece os condicionantes históricos e propõe uma ação pedagógica intencional, vinculada à luta da classe trabalhadora (SAVIANI, 2013, 2018).

Enquanto concepção que se constrói no enfrentamento das contradições reais da escola, ela busca superar a fragmentação entre teoria e prática, reafirmando o conhecimento sistematizado como meio de emancipação humana. Trata-se de uma pedagogia crítica que não se encerra em si mesma, mas se desenvolve na prática transformadora e na mediação consciente entre educadores, estudantes e os saberes historicamente produzidos.

No campo da Educação Especial, essa concepção assume importância estratégica. Ao reconhecer o conhecimento como direito universal, a PHC rompe com a lógica da adaptação paliativa que frequentemente reduz o currículo para os estudantes com deficiência. Em vez disso, propõe reorganizar a prática pedagógica em função das condições reais de aprendizagem desses sujeitos, considerando suas limitações sem naturalizá-las como impeditivos. Como enfatiza Silva (2015), incorporar a Pedagogia Histórico-Crítica nesse campo implica recusar práticas excludentes, mesmo quando disfarçadas de inclusão.

Para tanto, Saviani (2018) propõe um método pedagógico estruturado em cinco momentos: prática social como ponto de partida, problematização, instrumentalização, catarse e prática social como ponto de chegada. Essa sequência metodológica não deve ser entendida como rígida ou mecânica, mas como um guia para organizar o processo educativo em direção à formação plena dos sujeitos (GALVÃO; LAVOURA; MARTINS, 2019, p. 114-115).



No contexto da Educação Especial, os cinco momentos metodológicos da PHC constituem um referencial potente para pensar a inclusão como processo pedagógico ativo e transformador. Ao reconhecer os estudantes com deficiência como sujeitos históricos, ela recusa tanto a lógica assistencialista quanto a meritocracia excludente, propondo um ensino que parte das condições reais de aprendizagem sem renunciar ao conhecimento sistematizado (SILVA, 2015).

A articulação da Pedagogia Histórico-Crítica com a abordagem Histórico-Cultural de Vigotski reforça a centralidade da mediação pedagógica no desenvolvimento humano. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) - um dos principais conceitos e abordagens elaboradas pelo autor - evidencia que a aprendizagem, quando intencional e dialógica, antecede e impulsiona o desenvolvimento (VIGOTSKI, 2007).

A zona de desenvolvimento proximal provê psicólogos e educadores de um instrumento através do qual se pode entender o curso interno do desenvolvimento. Usando esse método podemos dar conta não somente dos ciclos e processos de maturação que já foram completados, como também daqueles processos que estão em estado de formação, ou seja, que estão apenas começando a amadurecer e a se desenvolver. Assim, a **zona de desenvolvimento proximal permite-nos delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento, propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também àquilo que está em processo de maturação** (VIGOTSKI, 2007, p. 98, grifo nosso).

Assim, incluir não é simplificar conteúdos, mas reorganizar o ensino com base no direito universal ao saber. Essa tarefa, porém, não pode ser delegada exclusivamente à escola, limitada pelas contradições do sistema capitalista; exige o compromisso efetivo do Estado em garantir uma educação pública de qualidade, sem improvisações ou concessões simbólicas.

Prática Social como Ponto de Partida

O primeiro momento metodológico da Pedagogia Histórico-Crítica — a prática social como ponto de partida — compreende a realidade concreta vivida pelos estudantes antes da mediação escolar como elemento essencial do processo educativo (SAVIANI, 2018). Essa realidade, longe de ser apenas um diagnóstico técnico, carrega contradições sociais, culturais e subjetivas que precisam ser compreendidas criticamente.

No campo da Educação Especial, isso significa considerar não apenas a deficiência enquanto dado clínico, mas as barreiras físicas, sensoriais, cognitivas e



emocionais historicamente construídas que marcam o percurso desses estudantes. Reconhecer tais condições implica não naturalizá-las, mas assumi-las como expressão concreta da prática social de origem, sobre a qual o ensino deve incidir de forma intencional. Como propõe Vigotski (2007), é necessário identificar o potencial de aprendizagem situado na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ou seja, aquilo que o estudante pode realizar com apoio pedagógico adequado.

Por exemplo, um aluno com Transtorno do Espectro Autista pode enfrentar desafios na comunicação verbal, mas demonstrar elevado desempenho em tarefas de lógica visual, organização espacial ou identificação de padrões (HUDSON, 2019), exigindo do professor uma mediação que valorize esses potenciais.

Problematização

A problematização, segundo Saviani (2018), consiste em identificar, no interior da prática social, os problemas reais que demandam intervenção pedagógica e os conhecimentos necessários à sua superação. Diferentemente de interpretações superficiais, esse momento não se resume a perguntar aos alunos sobre o que desejam aprender, mas exige do professor uma análise crítica e intencional da realidade, orientada por finalidades formativas mais amplas.

Na Educação Especial, isso significa reconhecer que as dificuldades de aprendizagem não se reduzem à condição do estudante, mas decorrem também de barreiras estruturais e epistemológicas da escola. Cabe ao professor compreender essas contradições e conectar os desafios concretos da turma aos conteúdos escolares historicamente necessários (SILVA, 2015). Por exemplo, diante de um estudante com dislexia, o papel docente não é oferecer “textos mais fáceis”, mas investigar que conhecimentos fonológicos, linguísticos e visuais são fundamentais para que ele avance (HUDSON, 2019), e quais mediações permitirão esse acesso de forma crítica e emancipadora.

Essa reflexão encontra respaldo na teoria Histórico-Cultural de Vigotski, especialmente na noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que revela o potencial do estudante de aprender com apoio pedagógico adequado.

*[...] Ela [zona de desenvolvimento proximal] é a distância entre o nível de **desenvolvimento real**, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de **desenvolvimento potencial**,*



determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKI, 2007, p. 97, *italico do original, grifo nosso*).

A problematização, assim, torna-se o elo entre o ponto de partida (nível de desenvolvimento real) e a direção formativa do ensino, orientando a seleção de saberes não pela simplicidade, mas por sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento pleno dos sujeitos (nível de desenvolvimento potencial).

Instrumentalização

A instrumentalização é o momento em que o conhecimento sistematizado é mediado pedagogicamente de forma intencional, permitindo aos estudantes compreenderem e enfrentarem os problemas identificados na problematização (SAVIANI, 2018). Nesse estágio, o professor seleciona e organiza os conteúdos escolares de forma a garantir sua apropriação crítica, conectando-os com a realidade concreta da turma.

Na Educação Especial, a mediação pedagógica exige que os conteúdos escolares sejam articulados a estratégias adaptadas às necessidades específicas dos alunos, sem que isso implique simplificações que empobrecam o conhecimento (MANTOAN, 2015). O objetivo é possibilitar a apropriação efetiva dos saberes, respeitando os modos diversos de aprendizagem. Por exemplo, no trabalho com estudantes com dislexia, o professor pode utilizar textos com fontes ampliadas, espaçamento adequado, cores alternadas por sílabas, audiolivros sincronizados e softwares com apoio auditivo, bem como jogos fonológicos, atividades com sílabas móveis e cartões com fonemas e imagens, fortalecendo o vínculo entre som e grafia, elemento essencial nesse processo (HUDSON, 2019).

Já no caso de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a instrumentalização pode envolver rotinas visuais estruturadas, quadros de atividades com imagens sequenciais, uso de agendas visuais personalizadas, materiais manipulativos e mapas conceituais com pictogramas, que favorecem a organização cognitiva e a previsibilidade das tarefas (HUDSON, 2019). Em todas essas situações, a mediação precisa considerar não só os conteúdos escolares, mas também a forma como eles são apresentados, respeitando os modos singulares de processamento da informação (SILVA, 2015).



Essas intervenções pedagógicas se articulam diretamente com a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vigotski (2007), que aponta para a possibilidade de o estudante avançar em seu desenvolvimento cognitivo, social e cultural de forma adequada.

[...] Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança. Desse ponto de vista, aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, **o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.** Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (VIGOTSKI, 2007, p. 103, grifo nosso).

Ou seja, o conhecimento deixa de ser um fim abstrato e passa a funcionar como instrumento real de superação das limitações concretas impostas pelas barreiras escolares e sociais.

Catarse

A catarse - quarto momento da Pedagogia Histórico-Crítica – compreende a situação em que o estudante, por meio da mediação pedagógica, transforma qualitativamente sua relação com o conhecimento. Mais do que repetir procedimentos, ele compreende criticamente o conteúdo e passa a aplicá-lo com intencionalidade, revelando autonomia intelectual e ampliação de consciência (SAVIANI, 2018).

Na Educação Especial, esse processo se evidencia, por exemplo, quando um estudante com deficiência intelectual, que inicialmente demonstrava dificuldades em compreender operações matemáticas básicas, passa a utilizar estratégias construídas ao longo do processo - como apoio de material dourado, quadros visuais com etapas da operação, ou uso de jogos matemáticos concretos (HUDSON, 2019) - para resolver problemas de adição e subtração sem a intervenção direta do professor. O que antes era uma execução mecânica, agora se torna uma ação compreendida e justificada com base no raciocínio aprendido.

Esse salto qualitativo revela que o estudante internalizou instrumentos culturais



que antes exigiam mediação constante. A Zona de Desenvolvimento Proximal é ultrapassada: o que era potencial se realiza (VIGOTSKI, 2007). A catarse, portanto, consagra o ensino como processo de emancipação, isto é, quando o conhecimento transforma não só o fazer do aluno, mas sua forma de pensar e se posicionar no mundo.

Prática Social como Ponto de Chegada

O quinto momento da Pedagogia Histórico-Crítica, Prática Social como Ponto de Chegada, representa o retorno à prática social, agora transformada pelo conhecimento apropriado. O estudante reencontra sua realidade concreta com uma nova consciência, mais elaborada e crítica, construída por meio do processo educativo (SAVIANI, 2018).

Na Educação Especial, essa transformação se expressa de forma concreta. Por exemplo, um aluno com deficiência intelectual que, inicialmente, apresentava dificuldades em lidar com quantidades e valores (HUDSON, 2019), passa a compreender e utilizar esse conhecimento em situações reais, como organizar uma lista de compras, identificar cédulas, simular troco em atividades com dinheiro fictício ou jogos de mercadinho. Ao longo das mediações, com apoio de materiais visuais, tabelas de preços e orientações passo a passo, o estudante vai desenvolvendo maior segurança e compreensão.

A mudança se consolida quando, em uma saída pedagógica à feira, ele reconhece valores, calcula troco simples e justifica suas escolhas de forma autônoma. Esse avanço indica que o processo ocorreu dentro da Zona de Desenvolvimento Proximal: o que antes exigia apoio constante, agora é realizado com independência (VIGOTSKI, 2007). O conhecimento apropriado não só foi compreendido, mas se tornou ferramenta prática de inserção social e exercício da autonomia (SILVA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a Pedagogia Histórico-Crítica, articulada à abordagem Histórico-Cultural de Vigotski, constitui uma base teórico-metodológica sólida para enfrentar os desafios da Educação Especial. Ao reconhecer a deficiência como condição historicamente mediada e não como limitação intransponível, a PHC orienta uma prática pedagógica intencional, crítica e comprometida com a formação plena de todos os sujeitos.



A análise dos cinco momentos metodológicos revelou que a inclusão não se resume a adaptações pontuais, mas exige mediações que possibilitem a apropriação do conhecimento. Os exemplos apresentados mostraram que, com estratégias fundamentadas e respeito à Zona de Desenvolvimento Proximal, estudantes com deficiência podem ultrapassar barreiras reais e alcançar maior autonomia intelectual e social.

Portanto, a inclusão escolar exige a superação do assistencialismo e a construção de um ensino verdadeiramente formador. Futuros estudos podem aprofundar a aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica em áreas específicas do currículo, bem como investigar formas de consolidar esses princípios na formação docente e nas políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, Ana Carolina; LAVOURA, Tiago Nicola; MARTINS, Ligia Marcia. **Fundamentos da didática histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores associados, 2019.

HUDSON, Diana. **Dificuldades Específicas de Aprendizagem**: ideias práticas para trabalhar com: Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger, TOC. Tradução de Guilherme Summa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Summus, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação Especial Brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 58, p. 78–89, 2015. DOI: 10.20396/rho.v14i58.8640380. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640380/7939>. Acesso em: 08 de julho de 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. Organizadores: Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman; Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo – SP: Martins Fontes, 2007.



VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Problemas da defectologia** v. 1. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

